Portugal: um destino Atlântico ou Europeu ? O território português e sua "vocação externa" ao longo da História.

MARIA DE FÁTIMA SILVA DO CARMO PREVIDELLI[1]

INTRODUÇÃO

Cercado ao Sul pelo Mar Mediterrâneo, a Oeste pelo Oceano Atlântico, e a Norte e Leste pela Espanha, ao longo de sua história, Portugal sofreu forte influência destes dois elementos: o mar e a Península Ibérica. Por um lado, havia a vocação marítima, adquirida pela escassez de terras e pobreza produtiva destas. Por outro, a luta constante com os reinos que viriam a compor a vizinha Espanha. Estes dominantes na Península e constituíam uma barreira ao contato terrestre com os demais povos europeus. O mar permitiria a Portugal estabelecer alianças com Inglaterra e Holanda – parceiros comerciais e políticos em várias ocasiões. Foi o mar também que possibilitou a expansão portuguesa para a África, Ásia e América do Sul, dando origem ao chamado Império Português.

Dada sua localização geográfica, chegou-se à defesa de *uma visão atlântica do destino português*. Tal visão se opunha à de um Portugal integrado com o restante do continente, o qual passaria a ser *verdadeiramente europeu,* entendido o conceito de europeu como "pertencente à civilização ocidental e à modernidade".

O presente artigo busca apresentar os diferentes processos pelos quais se deu a constituição de um Território português ao longo de sua existência e, para tanto, abordam-se as visões de "um destino Atlântico", voltado para o mar, e a sua contravisão, que defende a sua vocação ibérica e, também, europeia, voltada ao continente em se está inserido.

---

[1] Programa de Mestrado em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A autora conta com bolsa do CNPQ.

Inicialmente, apresentam-se as correntes de pensamento português sobre seu destino manifesto condicionado à posição geográfica que ocupa no continente Europeu para, em seguida, se discorrer sobre a formação do território português enquanto unidade política e de poder econômico.

1. As Quatro Vertentes de um Destino Português

As formas que Portugal utilizou para se relacionar com os demais países sempre obedeceram a interesses e circunstâncias que escapam de um plano pré-estabelecido. No entanto, existem quatro diferentes formas de se pensar a interação de Portugal com o mundo que permeiam os passos desse país ao longo dos séculos de sua existência enquanto nação e dividem seus pensadores e cidadãos até hoje (ALMEIDA, 2005: 187-201). A seguir, passa-se a descrever sucintamente cada uma delas.

1.1 A visão nacionalista é uma constante na História portuguesa e, em momentos de crise sempre retorna a angariar mais adeptos. Tendo atingindo seu auge no século XIX, foi forte influência nas guerras liberais e o movimento republicano. No entanto, a sua fase de maior predominância e poder foi no Estado Novo, durante a ditadura e Salazar. Antes disso, encontram-se manifestações da vertente nacionalista no culto ao Império português iniciado por padre António Vieira no século XVII. Nos dias de hoje, a vertente nacionalista defende a separação do país da União Europeia e a reversão dos processos ocorridos nos últimos 25 anos em que o país se encontra integrado ao bloco econômico continental.

1.2 A visão iberista surgiu da defesa de uma hegemonia castelhana na medida em que Castela seria dominante no reino espanhol. Nesse reino, Portugal é visto como a única nação da península que escapa ao domínio da casa de Madri. Esta é uma visão que existe em Portugal desde sua fundação quando Dom Afonso Henriques derrota Dona Teresa, a defensora do iberismo por excelência. Durante o período filipino (entre 1581 e 1640), a União das Coroas Ibéricas deu vazão a esta vertente e os oitenta anos de dominação espanhola não eliminaram ou reduziram as demais vertentes. No século XIX, Antero de Quental defendia o iberismo e os defensores da

república e das ideias liberais viam com simpatia a aproximação com o restante da península. No século XX, o nacionalismo predominou, mas quando ambos os países solicitaram a adesão à Comunidade Econômica Europeia, deu-se uma maior integração de suas economias e a visão iberista foi suplantada pela defesa do europeísmo.

1.3 A visão Atlântica busca resgatar a influência portuguesa sobre seus antigos domínios com a criação de uma Zona Econômica Exclusiva Portuguesa formada pelos territórios de língua portuguesa. Esta visão se apresenta como a principal corrente oposta ao europeísmo neste novo século embora não possa ser considerada como nova, já que originou algumas organizações Euro-atlânticas cujo maior exemplo é a OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte em que Portugal figura como um dos países fundadores. Após a revolução de 1974, esta vertente originou um pensamento denominado terceiro-mundismo que defende a busca por um estreitamento nas relações com os países de Terceiro Mundo em geral, e as ex-colônias em particular, para combater a dependência econômica portuguesa do continente. A principal expressão deste movimento é a Lusofonia e se pauta na defesa da língua portuguesa nos antigos espaços que já foram parte do território português com o objetivo de criar um espaço de trocas econômicas dos países de língua portuguesa.

1.4 A **visão europeísta** é majoritária em Portugal na atualidade e se pauta no desejo de integrar o país ao continente. Este, desde o século XV já reconhecia Portugal como distinto da Espanha e parte integrante da cristandade, ainda mais: como um defensor dessa cristandade. Papel que Portugal iria representar nos séculos seguintes, tendo se mantido distante de cisões e cismas, difundindo pelo mundo a fé cristã e levando-a aos infiéis e selvagens nas novas terras que reclamava para si. Assim, para a Europa, Portugal sempre foi um território pertencente à unidade do continente. No entanto, o europeísmo só tomou forma em Portugal no século XIX quando se separou da visão iberista. Antes, as duas vertentes eram reconhecidas como uma só. Tornar-se europeu era submeter-se ao poder da vizinha Espanha. Tal confusão contribuiu para o afastamento de Portugal dos centros de poder da Europa e um afastamento de qualquer iniciativa que pudesse levar a uma integração com o

continente europeu. A aproximação se daria no século XX, durante a I Guerra Mundial, quando Portugal percebeu o perigo que suas colônias corriam perante os participantes de tal guerra. Assim, há a participação do país na Conferência de Paz em Versalhes, em 1919, onde obtém algum sucesso. Após esse contato, Portugal voltou a se fechar sobre si mesmo e durante todo o Estado Novo, as relações externas com a Europa foram mantidas no mínimo necessário, e a vizinha Espanha, embora tida como aliada, foi vista com prudência e cautela. A visão europeísta era considerada perigosa pela ditadura e somente após o seu final, retornou em força total resultando no processo de adesão do país ao bloco econômico europeu.

2. Formação do Território Português

Somente no ano de 1249, Portugal adquiriu a configuração geográfica que hoje possui. A anexação do Alentejo e Algarve com a expulsão dos mouros almoades das terras e dos piratas sarracenos dos mares foram os marcos que permitiram fechar o espaço continental que hoje reconhecemos nos mapas como sendo o pequeno país mais a oeste do continente europeu.

Em termos políticos, Sancho I foi o fundador do Estado português, porém, somente com Afonso II (1211 a 1223) pode-se pensar numa figura de Estado correspondente à concepção de um "*organismo político capaz de assegurar uma administração impessoal e uma autoridade a que mesmo os poderes senhoriais tinham de se sujeitar, independentemente de compromissos recíprocos de vassalidade*." (TENGARRINHA, 2001:38)

Ainda para o mesmo historiador, no século XIII, no entanto, se assistiria à montagem de um aparelho estatal capaz de funcionar de modo unificador por todo o país. Tal caráter unificador pode ser percebido pela unificação das diferentes comunidades que até então, embora obedecendo a uma mesma autoridade centralizadora, pouco mais tinha em comum.

A formação de uma consciência de unidade só foi obtida perante as guerras contra Castela e a Revolução de 1383-85, pois a entrada de tropas estrangeiras no país levou à percepção do conjunto unitário frente ao outro, o de fora, que ameaçava as comunidades que passam a se unir visando a defesa contra o intruso que ameaçava suas existências. A linha que demarcava o local do estrangeiro se situava no idioma falado e nos costumes praticados. Somente assim os minhotos, beirões ou alentejanos se perceberam iguais em oposição aos castelhanos invasores e puderam aceitar a existência da diversidade que existia entre si próprios.

A sujeição à Espanha no século XV aprofundou o sentimento do que seria ser português. Sentimento que se expandiu e aprofundou até o século XIX com sucessivas manifestações que permeiam a literatura e comemorações de feitos considerados heroicos na expansão marítima comercial do pequeno país. As viagens empreendidas nesses séculos levam ao aumento da percepção da disparidade do que seria um povo português perante os estrangeiros já que aumenta ainda mais com o contato com os povos exóticos dos continentes asiático, americano e africano permitindo esquecer que o tal povo português resultara da junção de povos tão dispares quanto iberos, celtas, romanos, cartagineses, suevos, visigodos, e mouros.

A respeito da formação do povo português, Saraiva(2003:17-21) afirma que o espaço geográfico conhecido como Portugal foi passagem e morada de humanos desde o período neolítico, comprovado pelos vestígios de cultura megalítica no Alto Alentejo, com dolmens e outros monumentos funerários que datam de seis mil anos. Assim, o que se entende por povo português nada mais é do que o resultado milenar da miscigenação de sangue e de numerosas sobreposições culturais que se iniciaram na pré-história e aconteceram por séculos na região mais ocidental da península Ibérica.

No consolidar de um território, o português percebeu-se cercado pela hostilidade dos vizinhos e pela pobreza das terras que ocupava. Sem ter por onde seguir, foi a mar procurar terras férteis e mais generosas a invadir, riquezas de obtenção mais fácil e povos menos hostis. Assim, enquanto o restante da Europa guerreava no século XV, Portugal partia para a conquista através da expansão marítima que pelos próximos 300 anos traria fortuna ao país.

3. Expansão do Território Português

Poucos anos após a assinatura da paz com Castela, em 1415, estabeleceu-se o ponto de partida da expansão marítima portuguesa: a conquista de Ceuta, no Norte da África. Tal conquista não seria de fácil manutenção e, em 1425, o príncipe Dom Pedro teria afirmado que a cidadela se convertera num sumidouro de gente, armas e dinheiro (SARAIVA, 2003: 126). Mas o primeiro passo havia sido dado e, a partir de então, Portugal se voltaria cada vez mais para o oceano em busca de poder e riquezas.

Os motivos que a historiografia aponta para tal busca incluem a posição geográfica ocupada, o aumento demográfico frente à escassez de recursos internos, experiência e conhecimento de navegação não somente adquirido no contato com o oceano, mas também herdado dos mouros que possuíam uma ciência naval adiantada, o desenvolvimento de uma burguesia mercantil, e até um suposto espírito aventureiro aliado a ações pessoais dos reis, como no caso de Dom Afonso Henriques. Na verdade, todos esses fatores foram ocorrendo ao longo dos anos e se somaram no resultado que conhecemos como a expansão, no entanto, seguindo ritmos e objetivos distintos. Como aponta José Hermano Saraiva (2003: 134): "*(...) no século XV (a expansão) confina-se ao Atlântico, no XVI abrange o Índico e o Pacífico, no XVII e XVIII acentua-se no Brasil, no XIX e XX, orienta-se para a África. Cada passo numa continuação da situação anterior*".

Mas não se deve ter uma visão romântica das conquistas feitas. A expansão marítima se deu em cima de guerras e ferozes combates em mar e terra. A artilharia era usada de diversas formas, seja lançando balas de pedras ou de ferro fundido, seja arremessando estranhas peças de bronze que causavam danos e mortes. De qualquer forma, as terras iam sendo tomadas e anexadas ao reino.

Para Tengarrinha (2001: 90) :

> "*Os portugueses não se deslocam como hordas nem se organizam como legiões. No desfraldar das velas, os seus navios lembram aves de rapina prestes a cair sobre as presas. (...) A expansão portuguesa envolveu milhares*

de navios de comércio e de guerra e promoveu em todos os mares, combates e ferozes guerras marítimas."

Em pouco tempo, o território português se configurava mais extenso que o pequeno retângulo ibérico. Havia ilhas no Atlântico, ilhas na costa da África, entrepostos e feitorias naquele continente, vastas extensões de terra na América e domínios na longínqua Ásia. Bases e fortalezas se ergueram pelo mundo marcando a extensão do império: Ceuta, Alcácer, Tânger, Arzila, Madeira, Açores, Canárias, Arguim, Cabo Verde, Axé, São Jorge da Mina, São Tomé, Luanda, Fernando de Noronha, Pernambuco, Salvador, Moçambique, Quíloa, Socotorá, Cochim, Goa, Cananor, Chaúl, Ormuz, Baçaim, Diu, Ceilão, Malaca, Ternate, Macau, e muitos outros nomes exóticos formavam a rede que compunha .

A Europa era apenas o ponto de onde partiam as naus. Era também o domínio de vizinhos perigosos com quem se devia tomar cuidado e manter sempre negociações e alianças em pauta. Assim, até o início do século XX, Portugal estava voltado para o mar e a defesa de um destino atlântico predominava.

Em se tratando da economia, em especial, Portugal se afastou da Europa no século XVIII, e aumentou tal distância no século XIX, até que voltou a se aproximar na primeira metade do século XX para, de forma impressionante, se integrar ao continente na segunda metade do século e se fundir com ele nos últimos anos. (LAINS, 2005: 35)

4. O retorno ao continente

Este somente foi possível no final do século XX. No início desse século, segundo Luís Reis Torgal (2001: 395), "*Europa não significava o continente, nem uma estrutura econômica e muito menos uma estrutura política supranacional, mas um patrimônio cultural, marcado pelo Cristianismo, por valores éticos e jurídicos assentes na tradição*". De acordo com a definição de Souza (2009: 57-61), o conceito de Território

está centralizado, principalmente, no poder. Assim, a dimensão política ficaria dominante sobre as demais, Ainda assim, o conceito abrange as dimensões da cultura e da economia o que permite entender a citação acima como a definição de Europa enquanto território.

Deste modo, o "retorno" português à Europa tratava-se de uma busca pelo pertencer ao que seria mais semelhante e próximo, em contrapartida ao estrangeiro e diverso. Curiosamente empreendendo um caminho inverso ao percorrido sete séculos antes.

A explicação para a mudança pode ser compreendida nos eventos do século XX. Nas perdas sofridas das colônias e entrepostos mais rentáveis e que angariavam maior prestigio e, assim, entende-se a mudança ao longo de todo o século vinte na direção oposta à tomada nos séculos anteriores, uma busca por se integrar na Europa.

Mas tal percurso não se dava de forma linear ou uniforme. Por quase todo o Estado Novo em geral, e em particular no caráter do governo salazarista em relação às políticas externas e as relações com o restante do continente europeu pode-se facilmente identificar o mote definido pela expressão que o ditador cunhou em 1965 a respeito da posição portuguesa frente ao mundo: "*orgulhosamente sós*" (SOARES, 1973:54). Compreende-se que, durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal declarou sua neutralidade no conflito, passando a atender comercialmente os dois lados do conflito e obtendo vantagens comerciais que em outra época, não teria conseguido de "clientes" normalmente mais exigentes.

Após a guerra, buscou voltar-se novamente para o Atlântico, com apoio ao bloco chefiado pelos EUA e a manutenção de sua tradicional aliança com a Grã-Bretanha. Contudo, sem aceitar imposições políticas de seus aliados. Assim, primeiramente, Salazar recusou a ajuda do Plano Marshall, por temer interferências americanas nos assuntos internos portugueses e em sua política imperialista.

A posição de Salazar de defesa da permanência de controle das colônias africanas, frente a cenário externo de oposição a tal manutenção, fez com que o país só fosse aceito como membro na ONU após aplicar um estratagema jurídico na década de 1950. Então transformou as colônias em "províncias ultramarinas" numa resposta às críticas

internacionais sobre a atuação colonialista portuguesa em pleno século XX sem, no entanto, deixar de manter tal atuação.

A adesão ao Pacto do Atlântico que o ditador assinou, deu-se em consonância com o anticomunismo sistemático que adotava. Assinou os tratados de Roma e os da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) em 1960, para manter a posição que via como sendo um destino manifesto português. Não mais um Portugal voltado para o Atlântico apenas mas um destino de integrador econômico dos territórios ultramarinos à economia europeia já que tais territórios eram complementos naturais à Europa, segundo afirmava.

Perceba-se que o objetivo de Salazar não era de se integrar ao continente pois sempre criticou a ideia de uma Europa continental, ou federalista. Desde 1936 classificava tal possibilidade de "*fantasia de Estados Unidos da Europa*"(TENGARRINHA, 2001: 405). Desta forma, o país continuaria voltado para o mar, mas passaria a dialogar com o continente.

Se, para as forças que ficaram no poder de 1928 a 1974, a visão Atlântica era a dominante, aqueles que tomaram o poder com a Revolução de 1974 apoiavam claramente a integração ao continente e os governantes do país após 1986 não só se mantiveram fieis a essa orientação como trabalharam incessantemente em prol da mesma.

Havia ainda uma visão que defendia uma integração dos países de língua portuguesa, motivada por uma defesa de Portugal como país ímpar no quadro mundial. Este grupo buscava a criação de um Mercado Comum para os países que haviam feito parte do Império colonial português, com um estreitamento de laços no âmbito econômico que levariam à manutenção da dependência das ex-colônias em relação à metrópole (TENGARRINHA, 2001:391-401).

Considera-se que Portugal começou sua busca pela integração econômica com os demais países do bloco ocidental europeu em meados da década de 1960. Segundo Antônio Romão (1982: 1091-1094),o período que vai de 1960 a 1980 pode ser dividido

em três fases, nesse caminho de busca pela integração com o continente europeu, ainda que numa instância econômica, nesse primeiro momento:

(1) Entre 1960 e 1967, o país assinou a adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) junto com Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça e Reino Unido. O acordo representava uma tentativa de oposição aos movimentos da CEE e uma tentativa de manter os mercados compradores de produtos portugueses, principalmente a Inglaterra. Neste período destacam-se: o início das guerras coloniais na África; uma saída maciça de mão de obra portuguesa em direção aos países europeus, especialmente França e Alemanha; e também um primeiro movimento de abertura à entrada dos capitais estrangeiros em Portugal. Este marco específico assinala o inicio de internacionalização da economia portuguesa.

(2) De 1968 a 1973, pode-se identificar uma maior ênfase na busca de Portugal pela integração à economia europeia ocidental. As medidas que tomou para tal efeito foram uma maior abertura da indústria à participação estrangeira, à entrada de capitais externos no país e uma ênfase nas exportações como diretriz para o crescimento econômico do país. Nesta fase se concretiza uma primeira tentativa de acordo com a CEE, que não vai adiante. Isto pelas restrições que esta apresentava à política colonial e imperialista portuguesa. O período é marcado pela ascensão ao poder de Marcello Caetano, um defensor da integração portuguesa à CEE. Ele tomaria medidas de abertura do mercado português ao capital externo. Como tal, o Investimento Direto Estrangeiro no país subiu de 67 milhões de escudos em 1966 para 2,7 bilhões de escudos em 1973. As empresas estrangeiras aumentam seu ritmo de instalação no país. O ano de 1973 se encerrou com 270 delas instaladas e funcionando. Metade desse número atuava na atividade terciária, ou estava ligada às atividades de exportação, sem atuar diretamente no sistema produtivo português.

(3) A fase seguinte sucede 1974 e a Revolução dos Cravos, e vai de 1975 a 1985. Pode ser caracterizada como uma etapa de consolidação do processo mais ativo da busca por se inserir na economia do continente. Assim, como resultado, no ano de 1978, 55,5% do montante das exportações portuguesas se destinavam à CEE e 45,5% das importações vinham desse mesmo bloco. O Investimento Direto Estrangeiro no país no período somou 21,6 bilhões de escudos, o dobro do acumulado nos anos de 1968 a 1973. Já a entrada de empresas estrangeiras no país também se acelerou. O ano de 1978 se encerrou com 360 empresas transnacionais instaladas e funcionando no mercado português.

No final do século XX, Portugal havia voltado à configuração geográfica do século XV e apenas manteve as ilhas do Atlântico como parte de seu território. O antigo Império se transformara de forma irreconhecível e o país se voltara de forma definitiva para o continente.

Algumas Considerações

Entender os movimentos ocorridos de aproximação e afastamento de Portugal em relação ao continente em que se insere geograficamente ao longo de sua história, exige que se compreendam as motivações por trás de tais movimentos.

As principais vertentes de pensamento a respeito do lugar do país no continente permitem perceber as motivações e os interesses que defendem. Assim, se o poder político e econômico se situavam nas terras além-mar, era necessário voltar-se para a defesa de uma visão Atlântica de destino português e, com ela, uma justificativa para que todos os recursos se destinassem aos empreendimentos e colônias.

Os conceitos de outro, de estrangeiro, mudaram durante os séculos, mas Portugal buscou encontrar seu lugar e configurar seu território, seu lócus de poder, onde haveria maior possibilidade de manutenção de sua independência. Esse pode ser o mote mais

permanente ao longo dos séculos. Não ser parte da Europa, não pertencer à Península Ibérica enquanto essas se configurassem como ameaças à existência independente, ao menos na área política. Porém, se os interesses econômicos assim ditavam, Portugal se voltava para o continente para, assim, ter mercados para as riquezas que obtinha das colônias. Nesse ponto, a Inglaterra, uma ilha que também não estava inserida geograficamente no continente, era um forte aliado.

Somente no final do século passado se destacou a visão europeísta e, menos de trinta anos depois da adesão ao mercado econômico unificado do continente, perante a crise financeira internacional iniciada em 2008, defensores das demais visões clamam uma mudança de rumos e discutem o alto grau de dependência econômica que o país hoje enfrenta em relação ao continente em geral e ao bloco econômico a que aderiu em 1986.

Enquanto os portugueses voltam a discutir se pertencem ou não ao continente europeu, voltam também a se ouvir as vozes dos que defendem a união com a Espanha, os iberistas. E avançam as buscas por novas formas de relacionamento com as antigas colônias para que se recuperem alguns dos benefícios perdidos com suas independências e consequente abertura de mercados para as demais economias do globo.

Portugal situa-se no ponto mais ocidental da Europa, na Península Ibérica, cercado ao Norte e Leste pela Espanha e a Sul e Oeste pelo mar e continua a enfrentar ambos os elementos para determinar sua posição no continente em que se situa.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral. ***Portugal e a Europa. Ideias, factos e desafios***. Lisboa: Sílabo, 2005.

LAINS, Pedro e FERREIRA DA SILVA, Álvaro. ***História Econômica de Portugal, 1700-2000***. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MONTEIRO, Luís. ***Os últimos 200 anos de nossa economia e os próximos 30***. Lisboa: Bnomics, 2010.

ROMÃO, Antônio. A economia portuguesa perante o movimento de integração europeia IN: ***Revista Análise Socia***l. Vol.XVIII, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1982. Disponível em HTTP://analisesocial.ics.ul. pt/documentos, acesso em 14/03/2010.

SARAIVA, José Hermano. ***História Concisa de Portugal***. 22ª.Ed. Mem-Martins:Publicações Europa-América, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *"Território" da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental* IN: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. ***Território e Territorialidades, teorias, processos e conflitos***. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TENGARRINHA, José (org.). ***História de Portugal***. São Paulo: UNESP, 2001.

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo, e Europa. IN:TENGARRINHA, José (org.) ***História de Portugal***. São Paulo: Unesp, 2001